

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Of. n.º 4 | CNECP | 2018
NU | 646689

05-12-2019

Assunto: Plano de Atividades e Orçamento para a 1.ª Sessão Legislativa, da XIV Legislatura.

Nos termos e para os efeitos a que se refere o n.º 2 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, junto remeto a Vossa Excelência o Plano de Atividades e respetivo Proposta de Orçamento, referentes à 1.ª Sessão Legislativa, da XIV Legislatura.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão



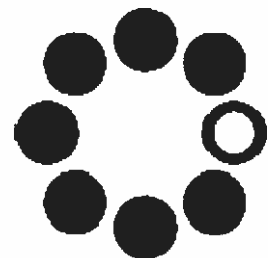
(Sérgio Sousa Pinto)

Plano de Atividades

Comissão de Negócios Estrangeiros e
Comunidades Portuguesas

XIV Legislatura

1.ª Sessão Legislativa



CNECP

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Das Atividades Previstas, em Geral.....	1
3. Das Atividades Projetadas, em Particular	3
4. Visitas.....	5
5. Deslocações ao Estrangeiro	5
6. Colóquios / Conferências ou similares.....	6

1. Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 no art.º 108.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), apresenta-se a proposta de Plano de Atividades para a 1.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura. O Plano de Atividades que ora se apresenta deverá refletir-se, também, na proposta de Orçamento da Comissão para o ano de 2020, a elaborar e a aprovar, ato contínuo.

2. Das Atividades Previstas, em Geral

2.1. Parte significativa da atividade da Comissão decorre das suas competências e enquadra-se na rotina da atividade parlamentar, nos termos constitucionais, legais e regimentais. Estão nesta situação as reuniões ordinárias para apreciação de iniciativas legislativas, exame de acordos e tratados internacionais, escrutínio de iniciativas europeias e apreciação de petições. Estão, igualmente, nesta situação, as audições regimentais dos titulares políticos governativos e as concedidas a diversas entidades, no quadro das competências da Comissão em matéria de política externa, de cooperação e desenvolvimento, bem como do acompanhamento das políticas relativas às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Ou ainda, da atividade, instrumental, da aquisição, tratamento e análise de informações relevantes para as atividades acima elencadas.

2.2. Interessarão, de entre outras, as matérias alusivas à segurança no flanco leste da Europa, o problema da segurança no Mediterrâneo __ designadamente no concernente ao fluxo migratório __, e as consequências políticas e económicas derivadas do BREXIT, tendo em conta o papel reservado à atuação do Serviço Europeu de Ação Externa, enquanto serviço diplomático da União, pretendendo-se ouvir o respetivo Secretário-Geral, uma vez em funções.

2.3. A situação das comunidades portuguesas e lusodescendentes no estrangeiro deverá merecer adequado acompanhamento, em particular onde existam problemas económicos, sociais e políticos, como é o caso do Reino Unido e da Venezuela, que exige atualização sobre a respetiva situação.

Por outro lado, deve ser adequadamente acompanhado o processo de implementação das novas medidas de participação política, trazidas pela recente alteração das leis eleitorais, de forma a avaliar o seu resultado, em concreto.

Importa também acompanhar outras iniciativas dirigidas à diáspora, tal com o *Programa Regressar*, a fim de aferir da sua implementação e impacto nas Comunidades Portuguesas.

2.4. O posicionamento estratégico de Portugal no contexto euro-atlântico, aconselha a uma particular atenção no que concerne à avaliação do papel da NATO no contexto de insegurança global, seguindo atentamente a sua evolução institucional e de abrangência estratégica, bem como do desenvolvimento da política dos Estados Unidos da América neste âmbito, tendo em consideração, fundamentalmente, o interesse geoestratégico dos Açores, e os progressos verificados no projeto de alteração da Plataforma Continental portuguesa.

2.5. Paralelamente, prestar-se-á a melhor atenção ao papel que a União Europeia tem vindo a desenvolver em matéria de política de segurança e defesa, nomeadamente no domínio da Cooperação Estruturada Permanente. Sem esquecer que, desempenhando as Forças Armadas um papel determinante na execução e afirmação da política externa nacional, nomeadamente em missões de paz e humanitárias, deve a Comissão aprofundar a compreensão e valorização da atividade que as mesmas prosseguem em tal dimensão.

2.6. No âmbito da política de cooperação orientada para o desenvolvimento, além das audições aos membros do Governo, a Comissão propõe-se ouvir entidades nacionais e estrangeiras, e acompanhar a evolução da política de cooperação para o desenvolvimento, tanto em relação ao seu enquadramento, como relativamente à sua concretização, no âmbito, designadamente, da ONU, União Europeia, e CPLP.

2.7. Ainda no âmbito da CPLP, dar-se-á relevância, no domínio bilateral, à evolução e aprofundamento das relações entre Estados membros, e no multilateral, ao impacto da sua Nova Visão Estratégica (2016-2026), aprovada em 2017, para a melhoria do seu funcionamento e eficácia. Importa acompanhar as principais temáticas em debate, nomeadamente o projeto de criação de um espaço de cidadania e liberdade de circulação entre os Estados-Membros e o direito de voto nas eleições autárquicas no espaço da CPLP.

Por fim, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, adotado em 2010, veio estabelecer uma base de trabalho com vista à formulação de estratégias globais para a promoção e difusão da língua portuguesa. No acompanhamento deste quadro, cumpre efetuar um balanço dos mais recentes desenvolvimentos, incluído o balanço do Plano de Ação de Lisboa (2013) e Díli (2018).

2.8. A Comissão pretende continuar a acompanhar o processo de internacionalização da economia nacional, seguindo de perto a atuação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, através tanto do contacto direto proporcionado por deslocações ao exterior a efetuar pela Comissão, como pela audição parlamentar da respetiva estrutura superior.

2.9. A língua portuguesa constitui um património inestimável de Portugal e um dos mais importantes ativos nacionais com impacto global. Como tal, constituindo fator identificativo e agregador de toda uma comunidade espalhada pelo Mundo, deve merecer o melhor acompanhamento e um maior esforço de promoção e divulgação, que esta Comissão pretende igualmente assegurar em todos os níveis de ensino, da Rede do Ensino de Português no Estrangeiro à atividade nas Universidades. Deve ser aprofundado o processo de sensibilização junto das instâncias responsáveis para a adoção do português como língua de trabalho na esfera institucional da ONU.

Concretizando, e tendo em conta as prioridades acima identificadas, ouvidos que foram os diferentes Grupos Parlamentares com assento na Comissão, elencam-se, de seguida, as diversas atividades previstas, considerando a respetiva tipologia.

3. Das Atividades Projetadas, em Particular

3.1. Audições com membros do Governo.

Pela sua relevância, realça-se desde logo a realização das audições regimentalmente previstas do Ministro dos Negócios Estrangeiros e sua equipa governativa, sem prejuízo da suscetibilidade de ocorrência, para idênticos efeitos, de requerimentos concretamente apresentados por parte dos diferentes Grupos Parlamentares.

Prevê-se, ainda, a participação em audições conjuntas de membros do Governo com outras Comissões, em temas de interesse comum.

3.2. Audições com Embaixadores portugueses no estrangeiro.

Terão lugar, na sequência do que tem vindo a ser prática, audições com os dignitários diplomáticos portugueses que iniciem funções no exterior.

3.3. Audiências com o corpo diplomático.

Como tem vindo a ser hábito, manter-se-ão os contactos com o Corpo Diplomático acreditado em Portugal, oportunidade sempre aproveitada para estreitar relações com os diversos países envolvidos, com reflexos positivos no aprofundamento das dinâmicas interparlamentares bilaterais.

3.4. Audições temáticas e pontuais.

Prevêm-se, igualmente, as seguintes atividades e iniciativas:

3.4.1. Secretária-Geral do Serviço Europeu Ação Externa;

3.4.2. A situação no Mediterrâneo;

3.4.3. Análise da situação dos Direitos Humanos no Mundo;

3.4.4. A Situação das Migrações;

3.4.5. Processo de Paz Israelo-Palestiniano;

3.4.6. Macau e a Língua Portuguesa.

3.4.7. Audição do Secretário de Estado da Internacionalização e Presidente da AICEP, a fim de proceder à análise dos diversos programas de apoio à internacionalização da economia.

3.4.8. Audição temática sobre a Situação Social das Comunidades Portuguesas, com reuniões com membros do Governo, o Conselho das Comunidades Portuguesas, a Obra Católica das Migrações, associações empresariais e sindicatos.

3.4.9. Audições pontuais com a Ministra da Justiça e o Diretor Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas sobre assuntos relacionados com os serviços prestados aos não residentes em Portugal.

4. Visitas

4.1. Sede da CPLP, em Lisboa;

4.2. Visita ao SIED, em Lisboa;

4.3. Visita ao escritório da OEI – Organização dos Estados-Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura;

4.4. Visita à Agência Europeia de Segurança Marítima;

4.5. Visita à Base Aérea n.º 5 (Unidade à qual tem cabido, em grande parte, assegurar a participação de Portugal em missões decorrentes das suas obrigações internacionais).

5. Deslocações ao Estrangeiro

5.1. Deslocações decorrentes da participação do Parlamento em diferentes estruturas e organizações internacionais, designadamente e no âmbito da PESC/PCSD (Croácia e Alemanha);

5.2. No desenvolvimento do relacionamento parlamentar bilateral, prevêem-se algumas deslocações, a priorizar em função dos interesses da Comissão, designadamente (sugestões):

- Visita a Timor-Leste, no âmbito da política de cooperação portuguesa;
- Sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos da América.
- Visita ao Brasil;
- Visita à China, a propósito das Comemorações dos 20 da transferência da administração de Macau;
- Visita ao Dubai, para avaliação da participação de Portugal na Expo-Dubai, que se iniciará em outubro de 2020;
- África do Sul;
- Índia (Goa)
- Moçambique;
- Malásia (Malaca);
- Cabo-Verde.

6. Colóquios / Conferências ou similares

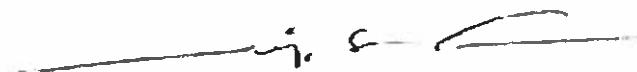
6.1. Extensão da plataforma continental portuguesa: situação atual, perspetivas e expetativas.

6.2. Promover um encontro sobre participação eleitoral no estrangeiro e sistemas de voto, subordinado ao tema «O voto eletrónico on-line é exequível?».

6.3. Realizar uma iniciativa sobre o Pacto Global para Uma Migração Segura, Ordenada e Regular, a fim de analisar o estado da implementação do Pacto, tanto a nível nacional como internacional.

Palácio de S. Bento, 26 de novembro de 2019.

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

Proposta de Orçamento

**XIV Legislatura
2020**

Elaborada na sequência do Plano de Atividades aprovado por unanimidade na reunião de 26 de novembro de 2019.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

ANO DE 2020

A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas apresenta, nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 no art.º 108.º do Regimento da Assembleia da República, a sua proposta de orçamento, elaborada na sequência da aprovação, por unanimidade, do Plano de Atividades da Comissão, em reunião de 26 de novembro de 2019.

▪ 1. Iniciativas Legislativas, Europeias, e Petições

No que concerne ao processo legislativo, escrutínio de iniciativas europeias e exame de petições, os respectivos custos, caso existam, reflectir-se-ão nas restantes actividades como audições, audiências, eventos, deslocações, visitas ou outras, que a Comissão entenda pertinente desenvolver no âmbito de determinado processo concreto. Por essa razão, não será apresentada uma estimativa de custos autónoma para estes três pontos do plano de actividades da Comissão.

2. Audições

As audições previstas para a presente Sessão Legislativa não acarretam custos extraordinários.

▪ 3. Audiências

Conforme referido no Plano de Atividades serão concedidas audiências sob solicitação e após deliberação favorável da Comissão, em conformidade com a respetiva agenda.

Nesta sequência, são previstas despesas relacionadas com a aquisição de pequenas lembranças de cortesia (da Loja do Parlamento), a oferecer aos Embaixadores portugueses que iniciam funções no exterior, bem como a entidades estrangeiras, designadamente diplomáticas e representantes de Estados soberanos em visita à Comissão. Prevêem-se, ainda, custos adicionais com serviços de apoio, designadamente serviços de cafetaria, interpretação e serviços fotográficos.

Quadro I - Custos Estimados com Audiências

Atividade	Rubrica		Orçamento		
			Preço Unitário	Quantidade	Total
Audiências	108 Comissões Permanentes				
	02.02.20B	Serviços de restaurante, refeitório e cafetaria			
		Serviço de chá, café e águas em sala	2 €	25	50 €
		Almoços de cortesia	40 €	25	1000 €
		Total			1050 €
	02.02.20C	Trabalhos especializados			
		Interpretação/hora	150 €	10	1.500 €
		Fotógrafo/hora	42 €	15	630 €
		Total			2.130 €
	02.01.15	Ofertas	30 €	26	780 €
		Total			780 €
	Custo Total				3.960 €

4. Eventos

A Comissão prevê a realização, no mínimo, de três eventos parlamentares, aos quais poderão vir a associar-se outras Comissões eventualmente interessadas em função da matéria.

4.1 Num caso, pretende a Comissão abordar a temática da extensão da Plataforma Continental portuguesa, propiciando a divulgação, análise e discussão da situação atual deste processo, perspetivas e expectativas. De notar que Portugal assumirá a Presidência do Conselho Europeu durante o primeiro semestre de 2021, existindo interesse em “colar” esta iniciativa num momento preliminarmente próximo do mencionado encargo institucional.

4.2 Pretende a Comissão levar a efeito, ainda, outros dois eventos, do tipo “Conferência / Seminário”, relacionados com os temas da participação eleitoral de portugueses no estrangeiro, mormente no concernente à adoção do “voto eletrónico”; e com o Pacto Global para Uma Migração Segura, Ordenada e Regular,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

no sentido de avaliar o grau de implementação do Pacto, nacional e internacionalmente.

4.3 A Comissão dispõe-se, também e como sempre, a equacionar a participação noutros eventos em parceria com entidades externas ou em colaboração com outras Comissões.

Quadro II - Custos Estimados com Seminários e Conferências

Atividade	Rubrica		Orçamento		
			Preço Unitário	Quantidade	Total
Eventos (do tipo Conferência/ Seminário)	108 Comissões Permanentes				
	02.02.20B	Serviços de restaurante, refeitório e cafetaria			
		Coffee - break	5 €	70	350 €
		Almoço (Mesa + Oradores)	40 €	12	480 €
		Total			830 €
	02.02.13B	Estadas (2 oradores de fora de Lx/pais)	150 €	4	600 €
		Total			600 €
	02.02.20C	Trabalhos especializados			
		Interpretação/dia	1.000 €	1	1.000 €
		Fotógrafo/dia	300 €	0,5	150 €
		Equipamento e assistência técnica	700 €	1,5	1.050 €
		Edição eletrónica	2.000 €	1,5	3.500 €
		Total			5.700 €
	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas (oradores)	30 €	6	180 €
		Pastas	0,5 €	100	50 €
		Canetas	0,3 €	100	30 €
Total				260 €	
Custo Total				7.390€	

4. Deslocações e Representações

4.1. No Território Nacional.

A previsão orçamental prevista no quadro III contempla a realização das deslocações previstas no Plano de Atividades, a saber: ao Comando Aéreo (Monsanto) e Base Aérea n.º 5 (Monte Real); à Agência de Segurança Marítima (Cais do Sodré); ao Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa; e a uma reunião de trabalho na sede da CPLP, em Lisboa.

Por outro lado, prevêem-se verbas destinadas a acolher uma representação parlamentar tendo em conta o aprofundamento das relações parlamentares bilaterais.

Quadro III - Custos Estimados com Deslocações e Representação em Território Nacional (Deputados e Entidades convidadas, nacionais e estrangeiras)

Atividade	Rubrica		Orçamento		
			Preço Unitário	Quantidade	Total
Deslocações	108 Comissões Permanentes				
	02.02.10B	Transportes/Outras situações			
		Um monovolume 32 lugares			
		3 deslocações – dia único	750 €	3	2.250 €
		Total			2.250 €
	01.02.04C	Ajudas de Custo - Deputados			
		Por dia/ 10 Deputados x 3 deslocações	70 €	30	2.100 €
		Total			2.100 €
	02.02.13B	Esladas (Deputados, Convidados e Funcionários)			
		Hotel	150 €	16	2.400 €
Refeições convidados 6 PAX x 4 dias)		30€	24	720 €	
Transportes x 4 dias		500€	4	2.000€	
Total				5.120 €	
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	30 €	10	300 €	
	(5 ofertas por deslocação)				
	Total			300 €	
Custo Total				9.770 €	

4.2. Deslocações ao Estrangeiro

Estão previstas despesas relacionadas com a participação em reuniões de instituições europeias, designadamente, no âmbito do Conselho Europeu, salientando-se as que se referem à AFET/Parlamento Europeu, e as duas reuniões no âmbito da dimensão parlamentar da PESC/PCSD. Ressalva-se, ainda a possibilidade de virem a ocorrer outras reuniões de natureza interparlamentar, ainda por calendarizar, deixando-se, igualmente, espaço orçamental para a pontual participação em iniciativas no exterior que se mostrem especificamente relevantes, em função da agenda temática da Comissão.

Com exceção das reuniões com Delegação fixa, as restantes podem ser orçamentadas para 2 ou 3 pessoas, cobrindo a hipótese de delegações de 2 deputados e/ou o Presidente, podendo ser avaliada em concreto a presença de um assessor.

Reflete-se neste Orçamento as deslocações previstas no Plano de Atividades, no âmbito das relações com Parlamentos de outros países, nomeadamente, a Timor-Leste (com opção Malásia) e a um outro país ainda por nomear de entre as diferentes opções em equação, conferindo inserção apartada à visita a Nova Iorque, dado ter constado já do Plano referente a 2019. De notar que a fórmula aponta para delegações compostas por 6 Deputados (um por Grupo com assento na Comissão) e um assessor.

Quadro IV - Custos Estimados com Deslocações ao Estrangeiro

Atividade	Rubrica		Orçamento		
			Preço Unitário	Quantidade	Total
Instituições Europeias (Bruxelas / Estrasburgo)	108 Comissões Permanentes				
	3 Reuniões, 2 PAX/2 dias/1 noite				
	02.02.13A	Deslocações –viagens	650 €	6	3.900 €
	02.02.13B	Deslocações –estadas	350 €	6	2.100 €
	01.02.04C	Ajudas de Custo (Dep.)	135 €	12	1.620 €
	Total				7.620 €

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Atividade	Rubrica		Orçamento		
PESC / PCSD Reunião Interparlamentar	2 Reuniões, 2+1 PAX/ 3 dias/2 noites				
	02.02.13A	Deslocações -viagens	700€	5	3.500 €
	02.02.13B	Deslocações -estadas	300 €	10	3.000 €
	01.02.04C	Ajudas de Custo (Dep.)	135 €	12	1.620 €
	Total				8.120 €
Reunião de Presidentes de Comissões de Negócios Estrangeiros	1 Reunião, 2 PAX/ 3 dias/2 noites				
	02.02.13A	Deslocações -viagens	750€	2	1.500 €
	02.02.13B	Deslocações -estadas	300 €	4	1.200 €
	01.02.04C	Ajudas de Custo (Dep.)	135 €	6	810 €
	Total				3.510 €
Timor-Leste (+Malásia) + Uma viagem (a destinar) no âmbito das relações interparlamentares)	7 PAX/ 5 dias/4 noites				
	02.02.13A	Deslocações –viagens	4.000€	14	56.000€
	02.02.13B	Deslocações –estadas	160€	56	8.960€
	01.02.04C	Ajudas de Custo (Dep.)	135€	70	9.450€
	Total				74.410€
Organização das Nações Unidas + Comunidades Portuguesas (Nova Iorque)	7PAX/4 dias/3 noites				
	02.02.10	Monovolume transfer (12 lugares) - ida e volta aeroporto	500€	2	1.000€
	02.02.13A	Deslocações - viagens	3.500	7	24.500€
	02.02.13B	Deslocações – estadas	180	21	3.780€
	01.02.04C	Ajudas de Custo (Dep.)	135	21	2.835€
Total				32.115€	
Custo Total				125.775 €	

▪ **5. Estudos Especializados e Despesas Residuais**

Prevê-se uma verba destinada a cobrir custos com a elaboração de estudos especializados e/ou assinatura de base de dados eletrónica (no âmbito das relações com África e a CPLP, em particular), prevista no Plano de Atividades, no valor de **2.000 €**.

▪ **6. Estimativa de custos totais**

No **quadro V** abaixo, procede-se à ordenação dos custos totais, agregados por rubrica e atividade, em correspondência com a previsão constante do Plano de Atividades da 2.ª Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa, da XIV Legislatura.

Os dados do quadro assinalados com asterisco representam o total de despesa referente à deslocação à sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, que se autonomizam, por se tratar de verbas referentes a uma atividade decidida pela Comissão já depois da elaboração do orçamento preliminar para 2019, elaborado em Junho passado.

Quadro V – Síntese estimativa de custos totais por rubrica

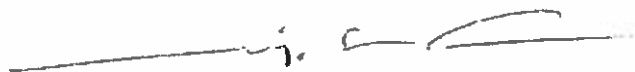
108010...-..Comissão	
010204C000 Ajudas de custo: Deputados	18.435 €
0201150000 Prémios, Condecorações e ofertas	1.260 €
020210B000 Transportes-Outras situações	5.250 €
020213A000 Deslocações Viagens	89.400 €
020213B000 Estadas	22.040 €
0202160000 Seminários, exposições e similares	80 €
020220B000 Serviços restaurante e cafeteria	2.600 €
020220C000 Outros trabalhos especializados	7.830 €
0202140000 Estudos	2.000 €
TOTAL	148.895 €

Neste seguimento e em conclusão, o valor final orçamentado, cifra-se em **€ 148.895** (cento e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e cinco euros).

A verba indicada na rubrica “Estudos”, constante do Quadro V, não se encontra lançada em qualquer dos restantes quadros, dado possuírem natureza específica e pontual.

Palácio de S. Bento, 3 de dezembro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Sérgio Sousa Pinto)